

Celso Furtado e o espaço rural: uma revisão de literatura

Ana Paula Klaumann¹
Andrey Hamilka Ipiranga²

RESUMO

O trabalho de Celso Furtado é primordialmente guiado à análise das características das economias subdesenvolvidas, sendo parte dessa análise centrada nos aspectos ligados ao espaço rural e seu processo de desenvolvimento histórico. O presente estudo objetiva fazer uma investigação sobre o pensamento de Celso Furtado acerca das questões que permeiam o espaço rural, a partir de revisão das principais obras que se referem ao assunto. Enfatiza-se sua tipologia das estruturas agrárias, bem como os principais tipos de produção agrícola que são ressaltados pelo autor. Além disso, encara-se como relevante a sua contribuição política para o espaço rural brasileiro, sinalizando que é necessário que se tenha uma distribuição mais equânime da terra. Inserem-se os conceitos trabalhados pelo autor no contexto da América Latina, e, mais profundamente, no Brasil. De maneira geral, esses espaços apresentam terras abundantes de acesso difícil, onde se organiza a agricultura de tipo comercial tradicional. Furtado aponta a predominância nesses espaços da concentração de terras, a qual desencadeia concentração de renda, colocando-se como uma barreira ao desenvolvimento.

Palavras-Chave: Celso Furtado. Subdesenvolvimento. Estruturas agrárias. Concentração de terras.

Celso Furtado and the rural space: a literature review

ABSTRACT

Celso Furtado's work is primarily guided by the analysis of underdeveloped economies and its characteristics, being part of this analysis focused on aspects related to the rural space and its historical development process. The present study is directed to the investigation of Celso Furtado's thought about the issues that permeate the rural space, from the review of the main works that refer to the subject. It emphasizes its typology of agrarian structures, as well as the main types of agricultural production that are highlighted by the author. In addition, his political contribution to the Brazilian rural space is seen as relevant, pointing that it is necessary to have a more equitable distribution of land. These concepts are inserted in the context of Latin America, and, more deeply, in Brazil. In general, these spaces present abundant land that is difficult to access, where traditional commercial agriculture is organized. The author points out the predominance in these spaces of land concentration, which triggers income concentration, posing as a barrier to development.

Keywords: Celso Furtado. Underdevelopment. Agrarian structures. Land concentration.

1. INTRODUÇÃO

Entender o Brasil, compreender e interpretar a evolução de suas características econômicas, sociais e políticas, passa por uma investigação profunda sobre a formação histórica de seu espaço rural. O produto de sua formação histórica é o Produto Interno Bruto do setor agropecuário registrado na casa dos 321,9 bilhões de reais³ (IBGE, 2020), e as mais de quinze milhões de pessoas ocupadas no setor agropecuário, distribuídas por mais de cinco milhões de estabelecimentos (IBGE, 2017).

A temática do espaço rural e da agricultura sempre ocupou um lugar de destaque nos estudos acerca da construção da civilização brasileira. Dentre o panteão de cientistas sociais

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS).

² Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGECO/UFSC).

³ Valor referente ao ano de 2019.

que se debruçaram sobre essa problemática, Celso Furtado destaca-se pela originalidade e rigor com o qual analisou o tema da agricultura ao inseri-lo no contexto maior de sua teoria sobre o fenômeno do subdesenvolvimento, fenômeno este que assola várias sociedades ao redor do globo, em especial a brasileira. As origens da concentração de renda na sociedade brasileira e os fatores que levam as estruturas agrárias a “enrijecerem” a oferta de alimentos são dois objetos de estudo que norteiam a análise de Furtado sobre o espaço rural.

Em um trabalho sobre a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Furtado (2013a) chama a atenção para as estruturas agrárias prevalentes no território latino-americano, as quais eram encaradas como um obstáculo para o desenvolvimento da região. Isso por sua vez decorre do fato que, considerando os aspectos que delinearam a formação histórica do “mundo rural” nos países latino-americanos, com destaque para o baixo grau de difusão do progresso tecnológico sobre este universo, criaram-se estruturas que dificultam a expansão da oferta de produtos agrícolas, pressionando os preços dos alimentos. Além disso, a estrutura latifúndio-minifúndio tende a manter a renda nas mãos de poucos produtores. Nas palavras do autor,

O binômio latifúndio-minifúndio permite que as terras aráveis brasileiras sejam subutilizadas em extensas áreas, ao mesmo tempo em que obriga a população rural a empilhar-se em reduzidos espaços; a apropriação das terras aráveis brasileiras por uma reduzida minoria força a massa da população rural a aceitar baixíssimos salários para sobreviver. Assim, a estrutura agrária, de um lado, e uma tecnologia industrial geradora de poucos empregos, de outro, operam no sentido de concentrar a renda e de excluir a massa da população dos benefícios do desenvolvimento (FURTADO, 2014, p. 506).

Para além disso, Furtado não se restringiu somente a análise histórico-analítica da formação do espaço rural na América Latina e, em específico, no Brasil, buscando por meio de seus trabalhos e de sua atuação na esfera pública formular propostas de caráter normativo para a questão do mundo rural nacional. Nesse sentido, a implantação de uma política de desenvolvimento requer, em linhas gerais, a formatação de uma estrutura fundiária que seja menos concentrada, ao mesmo tempo em que sejam gerados incentivos à permanência dos trabalhadores no campo.

O objetivo deste trabalho, portanto, consiste em sistematizar as contribuições de Celso Furtado presentes em sua obra no tocante às estruturas agrárias. Como base para esta tarefa, são revisitadas tanto as suas obras que se debruçam sobre o tema do desenvolvimento econômico, como aquelas as quais o autor se dedica a analisar as características do espaço rural no Brasil e na América Latina.

O trabalho se divide em três partes, para além dessa introdução. A segunda seção busca identificar na obra de Furtado as principais caracterizações no que se refere às estruturas agrárias. A terceira seção se dedica a duas grandes análises feitas pelo autor sobre essas estruturas, a primeira acerca da América Latina e a segunda sobre o Brasil, pontuando-se algumas questões regionais. Por fim, a quarta seção conclui o artigo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: O RURAL EM CELSO FURTADO

Celso Furtado dedica parte de sua obra para analisar tanto as características gerais do setor agrícola como aquelas particulares às economias subdesenvolvidas. Dois capítulos da sua “obra teórica” – os trabalhos dedicados aos aspectos analíticos do desenvolvimento econômico – chamam a atenção: o capítulo XV da obra **Teoria Política do Desenvolvimento Econômico**, intitulado “Agricultura e Subdesenvolvimento”, de 1967, e o capítulo XVIII da obra **Pequena**

Introdução ao Desenvolvimento Econômico: Enfoque multidisciplinar, intitulado “Estruturas Agrárias na Formação do Excedente”, de 1980.

A agricultura, para o autor, é mais complexa que a ideia de ser apenas uma atividade econômica. Ela é concebida como um importante elemento definidor das relações sociais, políticas e econômicas dentro de um determinado espaço. Como exemplo, podem ser citadas as características ligadas ao comércio e ao crédito rural, à estrutura das famílias e a forma como se dão as relações dentro delas, bem como os transbordamentos que ocorrem para o meio urbano (FURTADO, 1983 [1967]).

Furtado chama a atenção para a formação do excedente agrícola, o qual consiste na parte do produto gerada no espaço rural que não é consumida pelos agricultores. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento das economias capitalistas, o autor aponta que, na medida em que as sociedades se deparam com a necessidade de aumentar a parcela não consumida do produto para a sua reprodução material, observa-se uma tendência à substituição das estruturas agrárias arcaicas por outras mais “modernas”. Essas, por sua vez, possuem uma capacidade progressivamente maior de assimilação de progresso técnico e uma conseqüente tendência à elevação na produtividade, na medida em que os laços entre segmentos agrícolas e industriais são fortalecidos. Em outras palavras, o espaço rural adquire cada vez mais características “capitalistas” de produção.

Por sua vez, a evolução das estruturas agrárias nos países onde as técnicas modernas de produção foram introduzidas tardiamente segue uma lógica distinta. A “dualidade estrutural”, o ponto central do fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO; 2009 [1961]), consiste basicamente na coexistência de dois setores, onde o primeiro está vinculado aos grandes centros econômicos, sendo que sua reprodução material independe da transformação estrutural da economia⁴, enquanto que o segundo mantém suas características rudimentares, com a predominância da agricultura de subsistência e baixo nível técnico. A absorção dessa “estrutura tradicional” não é pré-condição para o crescimento econômico, logo, tal conjunto de propriedades rurais não sofre mudanças significativas, existindo assim uma tendência em se ampliar a heterogeneidade estrutural intersetorial de uma economia.

Faz-se necessário citar que as condições de produtividade e de trabalho, à época que o autor escreve, diferem entre o setor agrícola e os outros: a produtividade do trabalho do setor agrícola é inferior à produtividade das outras atividades⁵. Além disso, a renda média do trabalhador agrícola é inferior ao do trabalhador não agrícola (parte dessa renda é dada *in natura*, não fazendo parte de fluxos monetários), e as condições ligadas ao fator humano, como saúde e educação, não costumam alcançar o espaço rural.

Dessa forma, Furtado deixa claro um aspecto da realidade dos países subdesenvolvidos: a população agrícola só é capaz de subsistir, não estando disponíveis a ela meios para seu desenvolvimento. O excedente criado pelo setor, sendo parte dele na forma *in natura* (destinado à manutenção da vida da população urbana ou à exportação, gerando divisas para a importação de outros tipos de bens) e outra parte na forma financeira, é capturado pelos proprietários da terra, pelos intermediários financeiros ou pelo Estado, ficando a massa rural apenas com o necessário para sobreviver.

⁴ A primeira fase do subdesenvolvimento na teorização de Celso Furtado foi a chamada fase “primário-exportadora”, que perdurou de 1500 a 1930, e onde o elemento dinâmico das economias subdesenvolvidas consistia na exportação de produtos primários alicerçada na monocultura e no latifúndio (FURTADO, 2009). Esta primeira fase da formação das economias periféricas possui importantes desdobramentos na constituição do espaço rural no contexto do subdesenvolvimento, o que será explorado adiante.

⁵ Szirmai (2013) ressalta, ao olhar para dados da produtividade do trabalho por setor e do valor adicionado por setor, que entre 1950 e 1973 o crescimento da produtividade do trabalho na manufatura é substancialmente maior do que na agricultura, mas que depois disso, em média, o crescimento da produtividade do trabalho é maior na agricultura do que na manufatura, e o que é maior na manufatura é o valor adicionado.

O excedente agrícola, entretanto, teria um importante papel, tendo a capacidade de se transformar em um “fundo de desenvolvimento”: na medida em que o excedente *in natura* é capaz de definir a quantidade de alimentos que se encontra disponível para suprir as necessidades da massa trabalhadora das zonas urbanas, e quando destinado a esse fim (e não para a exportação), ele geraria uma relação entre o nível de emprego e salários nas zonas urbanas e a disponibilidade de alimentos, podendo contribuir para a formação de capital no setor urbano.

Ainda tratando das diferenças entre os trabalhadores urbanos e rurais, Furtado (1980, p. 99) aponta que os trabalhadores do primeiro grupo gozam de vantagens ligadas ao que ele chama de “seguro social” e à extensão de formas de diferentes de emprego aos membros da família, ao par que o segundo grupo enfrenta problemas como o da ociosidade forçada (pode não existir ocupação no espaço rural durante todo o ano). Além disso, as diferentes regiões de um mesmo país fazem com que o espaço rural apresente maior diversidade em suas características do que no espaço urbano, e os preços relativos entre os produtos da agricultura e os de fora dela beneficiam o segundo tipo, uma vez que a remuneração do trabalhador rural é inferior.

A formação do excedente e os desdobramentos desse processo se dão no âmbito de estruturas agrárias que não são homogêneas. Furtado (1983; 1980) desenvolve uma tipologia para as estruturas agrárias, o qual leva em conta conceitos como o de agricultura de subsistência (caso em que metade ou mais do produto é utilizado para a manutenção do trabalhador rural), agricultura comercial (caso em que três quartos ou mais do produto são voltados ao mercado), agricultura tradicional (forma de produzir em que o uso da técnica praticamente não se modifica ao longo do tempo, gerando uma produtividade do trabalho estacionária), e agricultura moderna (forma de produzir que é caracterizada pela absorção de melhorias tecnológicas provenientes de um esforço de investimento).

Furtado (1983) também faz uma distinção entre modos de produção: artesanal (classificação análoga à **exploração de tipo familiar ou comunitária**, apresentada na obra de 1980) – onde a agricultura envolve a família como um todo (como o número de pessoas trabalhando no espaço é limitado, essa forma pode apresentar uma produtividade do trabalho alta) e a exploração pode ser de tipo autoritário⁶ e/ou mercantil⁷; outros modos de produção não capitalista (análogos à **exploração de tipo senhorial**) – onde a mão de obra não é assalariada, mas recebe uma parte da terra para a sua subsistência em troca do seu trabalho e a exploração é do tipo autoritário; e modos de produção capitalista (análogo à **exploração capitalista**) – onde o trabalhador recebe uma remuneração e o proprietário da terra é o único dono dos meios de produção e a exploração é de tipo mercantil.

Uma vez esclarecidos esses conceitos, faz-se para uma breve análise da classificação das estruturas agrárias desenvolvidas pelo autor, tendo como critérios a disponibilidade de recursos naturais (terras abundantes ou escassas) e a acessibilidade à propriedade desses recursos (acesso difícil ou fácil à propriedade da terra). Ele combina esses fatores chegando a quatro estruturas diferentes:

⁶ “O caso extremo do excedente gerado autoritariamente é dado pela escravidão. (...) Formas mais sutis de extração autoritária do excedente são as normas que fazem as profissões hereditárias, que freiam a mobilidade geográfica das pessoas, que impedem a circulação de bens, que restringem o acesso à terra arável e à água. Formas ainda mais sofisticadas são os sistemas de patentes, o controle da informação, o controle do acesso às escolas de prestígio e coisas similares. Por definição, toda vez que se apresentam assimetrias nas relações entre os membros de uma sociedade cabe imaginar que está subjacente um processo de apropriação autoritária de excedente” (FURTADO, 1980, p.72).

⁷ Essa forma “funda-se nas operações de intercâmbio. Ela também gera a estratificação social, mas o seu ponto de partida não é a dominação e sim o aumento de produtividade criado pela especialização, possibilitada pelo intercâmbio” (FURTADO, 1980, p.73).

- **Terras abundantes de acesso difícil:** esse tipo de terra está disponível em grande parte dos países subdesenvolvidos. É um espaço se caracteriza por uma população rural que se encontra isolada no que se refere às decisões (essas ficam nas mãos de uma minoria privilegiada); pela exploração dos recursos naturais de maneira não sustentável (aberturas de terras por meio de práticas que esgotam o solo rapidamente); por um pequeno grupo que se apropria das terras de melhor qualidade (nesse espaço é organizada uma agricultura capitalista tradicional ou semi-moderna) e transferem a população para terras inferiores (nesses locais, pode ser organizada uma agricultura artesanal e tradicional, forma de produzir essa que acaba sendo responsável por abrir novas terras e serve como reserva de recursos ao setor capitalista);
- **Terras abundantes de acesso fácil:** essa situação é considerada pelo autor como rara, tendendo a ser organizada uma produção artesanal nesse espaço, a qual pode migrar do tradicional para o moderno (dependendo da disponibilidade de crédito para se efetuar investimentos), além da promoção de condições superiores de vida à população rural;
- **Terras escassas de acesso difícil:** o autor aponta que nessas estruturas são criadas “as formas mais duras de exploração da massa trabalhadora rural” (FURTADO, 1983, p.162), a parcela das terras de qualidade superior é utilizada pela agricultura comercial e tradicional (condições específicas podem necessitar de algumas técnicas da agricultura moderna), e a parcela das terras de qualidade inferior vira o *locus* da massa da população – o “freio malthusiano” estabeleceria, então, o equilíbrio entre recursos e população;
- **Terras escassas de acesso fácil:** pode ser um desdobramento do crescimento da população nas terras abundantes de acesso fácil, ocorre nesse espaço a especialização dos agricultores artesanais e uma menor possibilidade de se migrar da agricultura tradicional para a moderna, podendo-se passar de uma situação de agricultura comercial para a agricultura de subsistência.

Um argumento que o autor apresenta é o de que não há incompatibilidade entre uma agricultura baseada em modos tradicionais de produção e o desenvolvimento. Ele discorda, portanto, da tese de Bairoch (1964, *apud* Furtado, 1983) de que é necessário primeiro modernizar o campo para em seguida se desenvolver o setor não agrícola. São citadas três situações que contestam essa concepção: a transferência do excedente agrícola para o Estado pode gerar uma elevação do investimento (o que poderia ser responsável por algum desenvolvimento, ainda que não seja unicamente no setor agrário); o aumento do excedente pode ser função de vantagens comparativas, passando a agricultura de subsistência para uma situação de agricultura comercial – e não necessariamente da agricultura tradicional para a moderna; e, onde as terras são abundantes de acesso difícil (local onde convive um modo capitalista e um modo artesanal de produção), um crescimento da mão de obra é absorvido pelo modo capitalista, de forma que, mesmo que a produtividade permaneça estacionária nos dois subsectores, a produção aumentará (gerando maior excedente). A conclusão, portanto, é a de que “a agricultura pode preservar suas estruturas tradicionais e manter-se impermeável à penetração de novas técnicas mesmo em face de um processo de industrialização e urbanização relativamente rápido” (FURTADO, 1983, p.164).

Considerações acerca da reforma agrária

Para além de ser um importante teórico no que se refere aos países subdesenvolvidos, Celso Furtado foi um homem de considerável papel na vida política da nação brasileira. Em sua obra autobiográfica, é relatado que ele foi convidado pelo Presidente da República, João

Goulart (1961-64) para assumir o Ministério Extraordinário do Planejamento e formular um plano de governo. Ao fazer referência ao Plano Trienal, como ficou conhecido o mesmo, Furtado (2014, p.349) apontou que “[...] pela primeira vez entre nós, um plano de governo continha um conjunto de diretrizes das reformas de base mais urgentes — a administrativa, a bancária, a fiscal e a agrária —, as quais seriam objeto de mensagens específicas ao Congresso Nacional”.

A ideia de se propor uma reforma agrária dentro da esfera política vai ao encontro da discussão teórica feita pelo autor. Furtado (1980) ressalta que o controle do acesso à terra representa que existem determinados indivíduos que exercem poder sobre outros, e se apropriam de parte dos rendimentos do trabalho alheio. Na sua concepção, os trabalhadores rurais possuem a capacidade de desempenhar um papel dinâmico no que se refere ao desenvolvimento da nação, e a reforma agrária permitiria aos produtores rurais desempenhar esse papel. O efeito que se espalharia para a sociedade seria benéfico, uma vez que melhoraria a estrutura de oferta de alimentos e estimularia a permanência dessa população no campo. A organização dos trabalhadores rurais também é um importante mecanismo para que sejam capazes de financiar a sua produção sem depender de intermediários financeiros e comerciais, sugerindo-se que sejam constituídas cooperativas (FURTADO, 2013b).

É possível perceber, portanto, que a reforma agrária seria um fator importante para desenvolvimento da nação, e que os trabalhadores rurais organizados podem agir como impulsionadores do processo. Furtado se refere em sua obra *O Capitalismo Global*, de 1997 (2001, p. 78), ao Movimento dos Sem-Terra como “[...] a única força social nova com grande capacidade de mobilização entre nós”, cujos objetivos se concentravam no enfrentamento da divisão secular de terras, que se concentram nas mãos de uma parcela pequena de pessoas e que poderiam estar estruturadas em pequenas propriedades, as quais absorveriam a mão de obra disponível e que busca trabalhar na terra.

3. ANÁLISES SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA: AMÉRICA LATINA E BRASIL

Celso Furtado volta o olhar para as estruturas agrárias tanto da América Latina como no Brasil em suas obras. Nessa seção, serão sistematizados alguns de seus principais argumentos acerca da formação rural nesses espaços.

Características do espaço rural na América Latina

Em sua obra **Formação Econômica da América Latina**, Furtado (1970), ao olhar para as estruturas tradicionais presentes na América Latina, volta-se para a agricultura, apontando que desde a época colonial existiam relações do tipo latifúndio-comunidade indígena e do tipo latifúndio-minifúndio nesse espaço. A origem do latifúndio na América Latina se deu em função de grandes doações de terras feitas a determinadas pessoas, que passaram a controlar o acesso às terras. As melhores terras eram destinadas aos grandes proprietários, enquanto terras inferiores ficavam com os indivíduos que não tinham condições para comprar uma terra melhor e não queriam trabalhar dentro do latifúndio, criando-se assim um minifúndio.

México, Bolívia e Cuba fizeram, segundo Furtado (1970, p. 92), “[...] uma drástica reforma agrária”, e se tornaram diferentes dos outros países da América Latina, onde os latifúndios são predominantes, possuindo por sua vez uma superfície média muito maior que o minifúndio (exemplos dados pelo autor se referem ao fato que na Argentina o tamanho médio do latifúndio é 270 vezes maior que o do minifúndio, e que na Guatemala esse valor é de 1732 vezes). Ao analisar dados sobre a estrutura agrária de determinados países da América Latina, e os índices de eficiência das explorações agrícolas, provenientes do *Comitê Interamericano de*

Desarrollo Agrícola, o autor conclui que as terras nos latifúndios são subutilizadas. Olhando para o Brasil, ele aponta que a superfície média do latifúndio é 31,6 vezes maior que o minifúndio, mas os seus investimentos são apenas onze vezes maiores no latifúndio.

A estrutura agrária é apresentada como pouco diversificada na América Latina e sofreu pressões devido à elevação do grau de urbanização, do aumento populacional e do aumento do poder de compra por uma parte da população. A expansão da produção na América Latina se daria, principalmente, pela elevação do espaço cultivado e, em segundo plano, pelo aumento dos rendimentos em terras já cultivadas. Furtado aponta que, com exceção de México e Venezuela⁸, a expansão da produção na agricultura não compensava os fenômenos acima apontados no período compreendido entre 1952 e 1964. Na Argentina e no Peru, esse fato se dava devido à desaceleração da produção pecuária. Ele apresenta esses dados referentes a esse ponto na Tabela 1:

Tabela 1- Taxas anuais de crescimento da produção agropecuária e da população em países escolhidos entre 1952 e 1964

	Produção agropecuária (porcentagem)	População
Argentina	1,8	1,8
Brasil	3,2	3,0
Colômbia	2,4	2,8
Chile	1,8	2,5
México	6,7	3,2
Peru	2,3	2,6
Venezuela	5,3	3,8

Fonte: Furtado (1970, p. 174, quadro 1/XIV).

O autor aponta que dois terços do aumento da produção agrícola na região, entre 1948-52 e 1964-65, ocorreram pela expansão da fronteira agrícola, na medida em que o terço restante ocorreu devido a fatores como a elevação do nível técnico de produção, a maior disponibilidade de financiamento para o campo e o apoio do governo em relação ao aprimoramento da técnica. Nesse período, passou-se a utilizar de maneira mais intensa fertilizantes, em especial no México (300,5 mil toneladas de nutrientes em 1964) e no Brasil (255,5 mil toneladas de nutrientes em 1964), os quais geraram ganhos de produtividade, e, por consequência, de renda (ainda que o uso de fertilizantes na América Latina representasse, em média, um quinto do que era utilizado nos países desenvolvidos).

Em relação à pecuária na região, o autor aponta que o crescimento dos rebanhos ocorre a partir da incorporação de novas terras (pastos naturais), e é acompanhada de altos custos de transporte e de engorda, dada a distância que esses pastos se encontram dos centros urbanos. Excetuando-se Uruguai, Argentina e algumas regiões do Brasil, o rendimento do rebanho é baixo em relação a países como os Estados Unidos e Austrália, devido ao baixo crescimento do número de animais e do menor peso médio dos animais. A expansão da pecuária latino-americana dependeria, portanto, de um aprimoramento no nível das técnicas, uma vez que a elevação da extensão de terras não se mostra suficiente para acompanhar o aumento da população e da demanda.

A partir de seu entendimento de como se constituiu a divisão de terras na América Latina, Furtado trata das raízes dos movimentos ligados a reformas agrárias. Tais movimentos foram deixados de lado por parte dos economistas, devido a concepção de que as estruturas tradicionais (nas quais se incluem as estruturas agrárias) se modificariam como consequência

⁸ O autor não faz ressalvas sobre o fato do crescimento da produção agropecuária no Brasil ser ligeiramente superior ao crescimento populacional.

da expansão do setor industrial. Como já apontado, em algumas partes da América Latina foram realizados esforços para transformar essas estruturas, uma vez que se predominava nesse espaço a grande propriedade rural, a qual gerava um excedente a partir da exploração da mão de obra da massa trabalhadora rural.

No Brasil, assim como na Colômbia, Chile e Venezuela, existe a convivência entre latifúndios e os minifúndios. Os indivíduos que controlam a primeira estrutura têm poder para ocupar as melhores terras e ditar as condições à sociedade (uma vez que se apresenta como a maior fonte de emprego disponível). Além disso, a adoção de sistemas de meação e os fluxos comerciais internos acabam por tornar os minifundiários dependentes e, no limite, tutelados pelos latifundiários. Furtado (1970, p. 323-4) aponta que “a inexistência de qualquer organização dessas massas rurais tem impedido que elas participem de ocasionais movimentos de contestação ao sistema de poder tradicional em seus respectivos países”.

A natureza dos movimentos de reforma agrária executadas não é homogênea. No México e na Colômbia, coexistiam sistemas onde a grande propriedade de terra convivía com a comunidade. Nesses locais, emergiram projetos de mudança na estrutura da terra que envolviam a grande massa no processo. Já na Venezuela e no Chile, preocupações com a insuficiência da oferta agrícola ocasionaram reformas agrárias, as quais foram desempenhadas pelos governos locais, que dispunham de uma condição fiscal privilegiada para executar projetos de mudança da estrutura agrária. Países como Peru e Colômbia não dispunham dos mesmos recursos para fazer algo similar, sendo dependente, portanto, de uma maior movimentação dos trabalhadores ligados à terra.

Aprofundando o debate sobre o caso brasileiro

O Brasil nasce no formato de empresa agrícola-comercial⁹, que tutela a propriedade da terra e molda as relações comunitárias no seu espaço. Furtado (1975) desenvolve esse argumento na sua **Análise do “Modelo” Brasileiro**, ressaltando que, ao longo do processo de formação da estrutura agrária brasileira, os interesses da classe dos grandes proprietários acabaram por moldar a ocupação das terras e a forma de nela empregar a população.

O autor divide a ocupação das Américas em dois processos: o primeiro se refere à América Hispânica, que ficou marcada pelos atos de conquista, gerando uma “classe de senhores” que acumulava recursos a partir da exploração da população ali existente; o segundo se refere à América Portuguesa e Anglo-Saxônica, que se apresentam inicialmente como expansão do comércio europeu, e se desenvolvem a partir da exploração da mão-de-obra africana. O resultado nas terras portuguesas foi o desenvolvimento de uma empresa agrícola baseada na mão-de-obra escrava, enquanto nos Estados Unidos surgiu uma agricultura de pequeno e médio porte, além de uma burguesia mercantil.

Durante o século XVI, desenvolve-se no Brasil a empresa agromercantil voltada para o mercado externo – com ênfase na produção do açúcar – de forma relativamente rápida, mas dependente da mão de obra escrava (africana e indígena¹⁰). Ao final do século, a produção de açúcar era muito superior à esperada, sendo a sua renda concentrada nos proprietários dos engenhos (FURTADO, 2007). Esse seria um primeiro “polo” apontado por Furtado que irradiou da forma de exploração do espaço. Durante o século XVIII, desenvolve-se um segundo polo, o

⁹ “Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. [...] Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana” (FURTADO, 2007, p.29).

¹⁰ Furtado (2007, p.76) aponta que “a captura e o comércio do indígena vieram a constituir [...] a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira”.

da empresa mineira, o qual “se fez em grande parte pelos recursos acumulados pela primeira, da qual recebeu o instituto da escravidão” (FURTADO, 1975, p. 94).

No decorrer do tempo, dados os dois polos acima descritos, dá-se impulso ao desenvolvimento da pecuária, com os objetivos de atender as necessidades alimentares e de explorar os animais na forma de tração e carga, tanto para a empresa agromercantil, como para a empresa mineira (então a pecuária assumia tanto uma forma de subsistência como uma forma mercantil). O autor aponta que essa atividade possuía uma espécie de “função estabilizadora”, pois absorvia a mão-de-obra e a capacidade empresarial das principais atividades agrícolas exportadoras nos períodos de crise.

Furtado traz a questão das relações sociais que se desdobram em função da estrutura das terras. Tanto o desenvolvimento da pecuária (quando “fechada em si mesmo” em função da ausência de mercados), quanto o pequeno agricultor (que se encarrega de buscar terras ainda não exploradas pelos grandes produtores ligados à empresa agromercantil) formam a economia de subsistência existente no país. É de grande significância a constituição dessas formas de agricultura para a formação da sociedade brasileira, uma vez que abre uma possibilidade de diversificação da produção interna a partir de lavouras e produtos artesanais, contrastando com a empresa agrícola voltada para o exterior.

Ainda que esse setor seja importante, ele não se mostrou capaz de reduzir a concentração de renda ou de alterar o perfil da estratificação social. Tanto os trabalhadores ligados à pecuária como à lavoura de subsistência comercializam ou monetizam apenas uma pequena parte da sua produção, a qual se realiza dentro das grandes propriedades, e os donos dessas terras, por sua vez, apropriam-se das poucas rendas provenientes desse comércio. Assim, há uma tendência ao aprofundamento do fosso social entre esses estratos. No que diz respeito ao monopólio do poder, esse continua nas mãos das classes dirigentes responsáveis pela formação da empresa agromercantil. Os homens livres que se deslocavam para o Brasil no intuito de desempenhar alguma função acabavam subordinados e dependentes dessas classes, por fim se tornando apenas “moradores” da terra o qual cultivavam.

A conclusão que Furtado chega acerca das relações sociais que se formaram no espaço rural é a de que “o controle da propriedade da terra por uma minoria impediu que frutificasse todo ensaio de atividade agrícola independente da empresa agromercantil” (FURTADO, 1975, p. 98). A capacidade de acumulação não se desenvolveu no campesinato, uma vez que o monopólio da terra dificultava qualquer tipo de associação entre os lavradores. Esses, por vezes, optavam por um estilo de vida itinerante, de modo a se libertar da dependência dos proprietários, tornando ainda mais difícil a posse de algum pedaço de terra.

Furtado considera que a economia agrícola brasileira se constituiu calcada na escravidão e no controle do acesso à terra. Apesar de a empresa agromercantil ter sobrevivido à abolição da escravatura, essa foi fator relevante na sua formação, uma vez que o autor aponta para a inviabilidade de se constituir uma empresa agrícola voltada para o exterior em uma região tropical durante os séculos XVI e XVII com base em outro tipo de mão-de-obra – ainda que a exploração familiar e a exploração com base na mão de obra livre europeia tenham tido seus êxitos, elas não penetravam da mesma forma no setor de grande exploração.

O perfil autoritário da empresa agromercantil brasileira, que se liga à dominação do espaço e da vida rural, foi moldado a partir da exploração da mão-de-obra africana. Esse perfil, por sua vez, também é evidenciado quando se olha para o controle do acesso à terra. A concentração fundiária – e, por consequência, da renda – nas mãos de uma elite permitiu, segundo o autor, que se consolidassem as posições sociais que se desenvolveram com a escravidão. Uma vez que as hierarquias de poder já se encontravam cimentadas, as estruturas socioeconômicas do espaço rural não se alteram quando o trabalho se torna majoritariamente livre. Ao invés de haver uma forte migração para a produção familiar, o que de fato ocorre é a

constituição de uma espécie de colonato, sendo a massa rural composta por trabalhadores, e não por pequenos proprietários.

Furtado (1975, p. 106-107) aponta que a alternativa ao trabalhador livre, que não buscava se integrar a uma empresa agromercantil (na forma de “morador, foreiro, rendeiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono, etc.”, como ele exemplifica) era a de “abrir uma roça por conta própria em terras de pequeno valor comercial”. Porém, isso tornaria suas condições de vida precárias, sua forma de produção itinerante e só poderia alcançar as terras marginais. Dessa forma, ele reforça que a estrutura de grandes terras concentradas nas mãos de poucos é um sistema de poder, definidor da distribuição de renda.

A empresa agromercantil, no contexto do trabalho livre, tem duas características de relevância: o custo incorrido pelos proprietários com a mão-de-obra é muito baixo, ao par que a oferta de trabalho também é baixa; e a sua forma de produzir faz com que se explore extensivamente a terra, de forma que os solos são degradados, exigindo a exploração de novas áreas de tempos em tempos. Aponta-se, portanto, que essa agricultura é do tipo tradicional, possuindo por sua vez pouca capacidade de geração e absorção de progresso técnico. A rentabilidade da empresa agrícola não é, entretanto, comprometida por esse fator, uma vez que, como colocado por Furtado (1975, p. 109): “os maiores custos invisíveis se traduzem principalmente na destruição do patrimônio de recursos naturais do país e no sacrifício das massas rurais, que continuam submetidas às mais duras formas de exploração”.

Os salários no espaço rural apresentam-se como fator de análise, sendo questionado por Furtado se um acesso mais fácil à terra pela massa da população rural – uma divisão mais equânime da terra – seria capaz de elevar esses salários dentro das empresas agrícolas. Ele aponta que as rendas dos pequenos produtores – os que estão localizados no que ele chama de “minifúndios” – costumam ser muito baixas, assim como os salários dos trabalhadores rurais, e é difícil evoluir as técnicas nesse espaço.

Frente a uma hipotética expansão do tamanho de suas propriedades, as opções dos pequenos produtores seriam: a) alugar mão-de-obra ao nível vigente da técnica; b) aumentar a produtividade utilizando o novo espaço para diversificar sua atividade, como criar animais; ou c) intensificar o seu próprio trabalho e o de membros da família. Se a mesma expansão ocorre ao nível da empresa agrícola, ela opta por atrair mais mão-de-obra sem alterar o nível da técnica. Abre-se espaço para valorizar a mão-de-obra apenas na primeira situação, o que poderia gerar uma pressão nos salários dos trabalhadores da empresa agrícola – que deveria ser compensada por uma busca por aumentar a produtividade da empresa – caso uma parte considerável deles tivesse a oportunidade de migrar para uma situação de minifúndio. O questionamento de Furtado parece, portanto, ter uma resposta positiva.

O autor ainda aponta que a concentração de terra no Brasil acaba agindo como um empecilho à difusão de novas tecnologias no espaço rural, uma vez que o baixo custo da mão-de-obra não gera incentivos à busca por novas formas, novos métodos de produção. Ademais, é importante salientar que, na medida na qual se busca aumentar a produtividade do trabalho sem gerar mudanças significativas na estrutura agrária, tende-se a ter uma maior concentração de renda. O autor aponta como condição necessária que se quebre a hierarquia de poder da agricultura brasileira, sendo essa a única forma de o trabalhador rural utilizar melhor suas capacidades.

Trata-se, em síntese, de reestruturar a economia agrícola de forma a dotá-la de um sistema de decisões capaz de tornar compatíveis os seguintes objetivos: a) assegurar a expansão da produção, b) criar novos empregos em escala adequada, c) melhorar progressivamente o nível técnico e d) assegurar a elevação do nível de vida da população rural em função do aumento da produtividade (FURTADO, 1975 p.120-21).

Furtado finaliza sua Análise apontando que a persistência ao longo do tempo da empresa agromercantil se dá em função de que ela está diante de um “sistema de privilégios”, e que sem o combate a eles “dificilmente *desenvolvimento* significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a massa da grande população do Brasil” (FURTADO, 1975, p.122, grifos do autor).

Notas sobre a região Nordeste

Celso Furtado dedicou importante parte de sua obra às disparidades regionais que se desenvolvem no território brasileiro, voltando-se em especial às características da região nordestina. Sem o intuito de esgotar tão rica discussão, busca-se pontuar algumas especificidades que o autor relata acerca da região Nordeste no que tocante ao espaço rural, focalizando-se nos seus desafios a partir do documento **Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste**, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, de 1959 [2009].

Furtado (2009, p. 84) aponta que existe no Nordeste uma “tendência secular ao atraso”, expressa pelo fato que há uma diferença considerável entre os níveis de renda desse local e os do Centro-Sul, em benefício à segunda região. O setor agropecuário, no contexto nordestino, contribuiria para esse fenômeno, uma vez que as terras são relativamente escassas, fortemente concentradas na economia açucareira, além de precisarem enfrentar fenômenos climáticos – em especial, a seca – que contribuem para diminuir a produtividade.

Utilizando-se de dados da década em 1950, o autor compara a economia das regiões Nordeste e Centro-Sul, levantando pontos importantes: existe uma menor parcela da população ativa no Nordeste; essa população ativa está mais concentrada na agricultura; há uma menor quantidade de terra por trabalhador ocupado na agricultura; cada hectare de terra nordestina recebe menos investimento em capital; e há um grau inferior de capitalização da indústria. Esse retrato, segundo Furtado, demonstra que as grandes diferenças estruturais são causadas pela escassez relativa de recursos naturais (como a terra arável e a água) e pelo menor nível de acumulação de capital, que resultam em uma baixa produtividade no setor. Enquanto que, em 1950, o Centro-Sul possuía uma população ativa no campo na ordem de 5.617 mil habitantes e uma renda por pessoa ocupada de Cr\$ 10,6 mil, o Nordeste possuía 664 mil habitantes no setor responsáveis por gerar Cr\$ 3,7 mil por pessoa ocupada (FURTADO, 2009).

Coexistem duas faixas na região Nordeste: uma faixa úmida, que se destina primordialmente ao setor agroexportador e uma faixa semiárida, na qual se desenvolveu a pecuária extensiva, a produção de algodão mocó e a agricultura de baixo rendimento, sendo que tais atividades são voltadas principalmente para a subsistência das populações rurais.

A pecuária e a produção de algodão se combinam nas fazendas típicas, atividades essas que são integradas ao mercado. A renda proveniente do primeiro é apropriada pelos proprietários de terra, enquanto que a renda proveniente do segundo é dividida entre o proprietário e o trabalhador rural, o qual também se dedica à agricultura de subsistência. Furtado (2009, p. 136) aponta que a agricultura de subsistência é o núcleo da região semiárida, por essa representar a maior parte da fonte de renda de grande parcela da população, uma vez que “o homem do campo trabalha, em primeiro lugar, para alimentar-se”.

Existe nesse espaço, entretanto, o risco de crises de produção, uma vez que as alterações na distribuição das chuvas tornam as atividades produtivas vulneráveis a este tipo de intempérie. Utilizando os dados das secas ocorridas em 1951 e 1958, o autor aponta que a produção das lavouras foi fortemente afetada, prolongando-se em uma crise social, pois seus desdobramentos diretos atingem fortemente a classe trabalhadora. Nesse sentido, Furtado ressalta a importância do combate aos efeitos das secas, mas que a formulação de uma política requer que se tenha

uma imagem clara de como se constitui a produção na região nordestina e como se espraia a sua crise para a sociedade.

Apesar de ser o elemento dinâmico da região semiárida, a agricultura de subsistência também é a atividade produtiva mais frágil. Para além de se adequar as condições de oferta, a partir de práticas desempenhadas pelo Estado (como, por exemplo, a construção de açudes para a retenção de água e as práticas para aprimorar a irrigação) faz-se necessário aumentar a estabilidade da renda do trabalhador rural. Para isso, o peso da agricultura de subsistência não pode ser tão elevado, e isso ocorreria a partir da ampliação da parcela monetária. Uma política para a região semiárida, portanto, deveria ter como objetivo elevar a produtividade (em especial, a partir do melhor uso dos recursos naturais) da parcela da produção que se insere no mercado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo fazer uma revisão bibliográfica acerca das questões trazidas por Celso Furtado sobre o espaço rural, em especial no que se refere às estruturas agrárias. A partir de suas obras teórico-analíticas e daquelas dedicadas à análise da América Latina e do Brasil, são ressaltadas algumas conclusões sobre o tema.

A agricultura é concebida por Furtado não apenas uma atividade produtiva, mas como uma delimitadora da forma como a população ali inserida se relaciona social e politicamente. A massa rural pouco poder tem sobre o que produz, sendo a ela oferecida a possibilidade de subsistir na medida em que outros agentes se apropriam do excedente de sua produção. As condições de vida dos trabalhadores rurais são significativamente distintas em relação às condições de vida dos trabalhadores urbanos, tanto pelo espaço em que estão inseridos, como pelos direitos a eles oferecidos.

As estruturas agrárias que são desenvolvidas pelo autor demonstram que cada espaço possui particularidades, que se conectam com a forma que seus recursos naturais estão disponíveis e com a facilidade de acesso a esses recursos. A forma de produzir nesse espaço dependerá de associação entre essas duas características.

O autor pontua também questões ligadas à reforma agrária, deixando claro que ela seria benéfica à sociedade. Uma distribuição mais equânime da terra seria responsável por desconcentrar renda e por melhorar a oferta de alimentos (fator que interliga o meio rural e o meio urbano), tornando a massa rural um ponto de apoio para o desenvolvimento da nação.

Ao olhar para a América Latina, o autor ressalta que, no geral, as estruturas agrárias são marcadas por terras abundantes e de difícil acesso. Os países latino-americanos, entretanto, não desenvolveram suas relações no espaço rural da mesma forma, existindo países (México, Bolívia e Cuba) que empregaram esforços para desconcentrar a terra, enquanto outros mantiveram suas estruturas baseadas na grande propriedade, nas quais a subutilização é uma característica marcante. A estrutura agrária na América Latina se mostrava pouco diversificada, e na maioria dos países o crescimento da sua produção não era capaz de acompanhar o crescimento da população.

No que se refere ao Brasil, Furtado aponta que as estruturas agrárias são resultado da forma com o qual o país se originou, a partir de uma empresa agrícola-comercial baseada na mão-de-obra escrava. Formou-se no Brasil uma estrutura latifúndio-minifúndio, sendo o primeiro responsável por gerar e se apropriar de rendas, concentrando poder e ditando a forma de vida da grande massa rural, e o segundo ligado aos setores de subsistência, ocupando terras de qualidade inferior e não desenvolvendo grande capacidade de acumulação. A persistência dessa dicotomia se dá pela existência de uma estrutura de privilégios, que se formou em concomitância com a empresa agrícola-comercial.

O espaço rural dentro do Brasil não é, entretanto, homogêneo. Isso se dá, em grande parte, devido às diferenças relativas no que se refere aos recursos naturais, aos fenômenos climáticos que afetam a produtividade da terra e à desigualdade regional de renda. Esses fatores tendem a beneficiar o Centro-Sul em relação ao Nordeste, sendo que o segundo apresenta características que fragilizam, relativamente, a produção agrícola, existindo a necessidade que se encontrem vias para estabilizar a renda do trabalhador rural, como o desempenho de políticas que possibilitem o aumento de sua produtividade.

Foram importantes as contribuições de Celso Furtado para a compreensão do espaço rural e de como ele se forma, em especial nos países latino-americanos. Suas proposições teóricas vão ao encontro das análises históricas, as quais chamam a atenção para o fenômeno da concentração de terra e, conseqüentemente, de renda nesses espaços, algo que ele sugere a necessidade de mudanças para impulsionar o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.
- _____. **Análise do "Modelo" Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque interdisciplinar**. São Paulo, Editora Nacional. 1980.
- _____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Abril Cultural. 1983 [1967].
- _____. **O Capitalismo Global**. 5. Ed. São Paulo, Paz e Terra. 2001.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009 [1961].
- _____. **O Nordeste e a Saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- _____. A Comissão Econômica para a América Latina. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado Essencial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013a. p. 84-106.
- _____. O Nordeste: Reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado Essencial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013b. p. 362-376.
- _____. **Obra Autobiográfica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais**. 2020. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 10 jul. 2019.

SZIRMAI, Adam. Manufacturing and economic development. In: SZIRMAI, Adam; NAUDÉ, Win; ALCORTA, Ludovico. **Pathways to Industrialization in the 21st Century: New Challenges and Emerging Paradigms**. UK: Oxford University Press, 2013. Cap. 2. p. 53-75.

Recebido: 13/07/2020

Aceito: 14/06/2021

Publicado: Agosto de 2021